



Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades

Agora da Assembleia da República

Professores esperam correção de injustiça

9A 4M 2D

Educadores e professores estiveram, hoje, dia 16 de abril, na Assembleia da República para ouvir o debate sobre as apreciações parlamentares apresentadas pelo (PCP, BE, PSD, CDS e PEV) ao Decreto-Lei 36/2019 (o Decreto-Lei que rouba mais de 6,5 anos de serviço docente efetivamente prestado pelos professores).

Estas propostas irão agora ser debatidas em sede de comissão parlamentar e o SPLIU espera que o bom senso impere entre os vários grupos parlamentares e que se chegue a um acordo para contabilizar os 9A 4M e 2D, tendo por modelo a proposta apresentada pelas dez organizações sindicais, demonstrando assim respeito por todos os professores e corrigindo a injustiça aprovada pelo atual Governo.

TOMADA DE POSIÇÃO DOS PROFESSORES E EDUCADORES PRESENTES, EM 16 DE ABRIL, JUNTO À ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Os professores e educadores presentes junto à Assembleia da República em 16 de abril de 2019, onde assistiram ao debate realizado no âmbito das apreciações parlamentares ao Decreto-Lei n.º 36/2019:

- Saúdam os grupos parlamentares que apresentaram e defenderam propostas que visam consagrar na legislação, de forma explícita, a recuperação total do tempo de serviço cumprido pelos docentes durante os períodos de congelamento: 9 anos, 4 meses e 2 dias;
- Saúdam, igualmente, as propostas destinadas a eliminar as ultrapassagens impostas pelo regime estabelecido no Decreto-Lei n.º 36/2019, prevendo a produção de efeitos do primeiro momento do faseamento, num total de 2 anos, 9 meses e 18 dias, a 1 de janeiro de 2019, com aplicação simultânea a todos os docentes, devendo o reposicionamento, resultante deste primeiro momento de recuperação, não estar sujeito aos requisitos previstos nas alíneas b) e c) do n.º 2 do art.º 37.º do ECD, sob pena de não ter qualquer efeito;
- Repudiam as intervenções de deputados que puseram em causa o inalienável direito dos professores a recuperar, também no continente, todo o tempo de serviço cumprido nos períodos de congelamento das carreiras;
- Esperam que, em sede de comissão parlamentar, os partidos que defendem a recuperação total do tempo de serviço cumprido pelos professores converjam numa solução positiva, inequívoca e tão completa quanto a lei o permitir, tendo por referência

SEDE NACIONAL: Praça Nuno Gonçalves, 2A ♦ 1600-170 LISBOA

Telf.: 217 815 740 Fax: 217 938 034 ♦ e-mail: spliu@spliu.pt ♦ website: www.spliu.pt



Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades

a proposta apresentada pelas organizações sindicais corroborada, através de Petição, por 60.045 docentes;

- Pretendem que essa solução seja definida rapidamente, ainda antes da suspensão dos trabalhos do Parlamento, em 15 de maio, criando condições para que o final do ano letivo decorra de forma tranquila, lembrando que o prazo para apresentação do pré-aviso destinado à realização de greve a partir de 6 de junho expira em 22 de maio;
- Esgotada que está toda e qualquer relação institucional com o atual governo, que, de há muito para cá, decidiu cortar todas as linhas de diálogo existentes e negar as mais elementares normas de negociação coletiva, os professores esperam que os partidos, nos períodos pré-eleitorais e eleitorais que se se aproximam, tornem públicas as suas propostas para a Educação, para as escolas e para os docentes;
- Relativamente aos docentes, pretendem conhecer, entre outras, as propostas para valorização da carreira, acesso à aposentação e consequente rejuvenescimento da profissão, combate à precariedade e regularização dos horários de trabalho.

Lisboa, 16 de abril de 2019

A Direção Nacional